

Hackers tiram site da Saúde do ar e comprometem funcionalidades, como ConecteSUS, que dá comprovante de vacinação contra a covid-19. Invasão faz pasta transferir para dia 18 cobrança de documento de imunização de quem chegar ao país

Ataque pirata adia a cobrança de vacinação

» FABIO GRECCHI

Fotos: Reprodução Pagina Gov.

O site do Ministério da Saúde sofreu, ontem, um ataque hacker que o tirou do ar por algumas horas e atingiu o aplicativo do ConecteSUS, que registra o processo de vacinação contra a covid-19 e emite o comprovante de imunização que vem sendo exigido em vários pontos do país. Assim, a pasta decidiu adiar para o dia 18 a entrada em vigor das normas, divulgadas na última quinta-feira, para que estrangeiros ingressem em território nacional.

De acordo com o Ministério da Saúde, foram comprometidos os sistemas do e-SUS Notifica (sistema de notificação de casos de Covid), o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), o ConecteSUS e outros serviços como a emissão do Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 e da Carteira Nacional de Vacinação Digital — que estão indisponíveis.

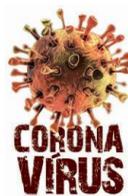
“É um prejuízo muito grande. São pessoas criminosas. Nós esperamos encontrá-las e punir exemplarmente. Mas esses dados não serão perdidos. O Ministério da Saúde os tem todos, é só uma questão de resgatar esses dados e colocá-los à disposição da sociedade”, afirmou o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que estava em Belo Horizonte.



Página foi tirada do ar 24h antes de começar a exigência de vacinação de turistas estrangeiros

Sobre o adiamento da cobrança do comprovante de vacinação de quem vem do exterior, o ministro não vê problemas. “Está bem claro a quarentena de cinco dias precedido do teste de PCR, 72 horas antes da viagem ou 24h antes, depois da quarentena, o teste negativo pode sair da quarentena. Quem comprovar a vacinação não faz a quarentena. É preciso existir uma isonomia em relação a essas questões. Não vou impedir o brasileiro de entrar e

criar uma regra para o brasileiro e outra para o estrangeiro”, afirmou. Segundo o Ministério da Saúde, as alternativas ao ConecteSUS para a pessoa evitar ser barrada caso não tenha o comprovante de vacinação é a apresentação cartão de imunização ou acessar os sistemas de estados e municípios para tentar obter o documento.



Investigação

Os dados da pasta, porém, não foram roubados. A Polícia Federal abriu um inquérito para investigar a invasão e, em nota, afirmou que os bancos de dados não foram criptografados pelos hackers.

De madrugada, se o usuário tentasse acessar o portal do ministério, encontraria a seguinte



Aplicativo ConecteSUS, com dados da vacinação, foi atingido

mensagem: “Os dados internos dos sistemas foram copiados e excluídos. 50 TB (Terabyte) de dados está (sic) em nossas mãos”.

Somente neste ano, os sistemas do Ministério da Saúde sofreram outros dois ataques e, em ambos, os invasores criticaram a segurança dos dados do órgão. No final de janeiro, um hacker invadiu sistemas da pasta, mas não houve vazamento de informações. Porém deixou um alerta para os administradores da plataforma.

“Este site está um lixo!”, afirmava a mensagem, escrita em letras maiúsculas, que ficou visível no FormSUS — serviço do DataSUS com informações de pacientes da rede pública de saúde.

Em fevereiro, uma invasão semelhante ocorreu novamente no FormSUS. “Arrumem esse site porco ou na próxima vai vazar (sic) os dados dos responsáveis por essa porcaria”, dizia a mensagem do invasor. (Com reportagem de **Tainá Andrade** e **Táisa Medeiros**)

Outras páginas do governo invadidas

Walterson Rosa/MS

O grupo que invadiu as plataformas do Ministério da Saúde, na madrugada de ontem, fez vários sites do governo de vítima. Os hackers atacaram o site da Escola Virtual, um ambiente de cursos a distância ligado ao Ministério da Economia. Por volta das 17h30, o Lapsus\$ Group deixou uma mensagem na página de entrada com xingamentos ao presidente Jair Bolsonaro.

“Nós voltamos, porém, com mais notícias (e com mais poderio). Vamos explicar algumas coisas: o nosso único objetivo é obter dinheiro, não ligamos para a família Bolsonaro (vulgo Bolsorefake) de m**”, afirmaram os piratas.

Os hackers atingiram, ainda, os sites da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e outras ligadas à Secretaria de Governo Digital, órgão que integra a estrutura da Secretaria Especial de Desburocratização do Ministério da Economia.

No caso do Ministério da Saúde, o secretário-executivo Rodrigo Cruz salientou: “A gente está finalizando as investigações. Tanto o ministério quanto as empresas contratadas que hospedam esses dados têm uma política de backup. Então, esses backups são realizados. Importa dizer que, ao importar esse backup, eventualmente algum dado pode ser corrompido. Tem, sim, uma política de backup e assim que tiver uma confirmação, a gente informa. Tem boas expectativas, mas aguardamos a equipe técnica finalizar a análise”, salientou.

Profissionalismo

O especialista em cibersegurança da Trend Micro Brasil, Cesar



Rodrigo Cruz: transferência de backup pode corromper alguns dados e torná-los indisponíveis

Cândido, ataques como os sofridos ontem por várias páginas do governo federal é serviço de um grupo altamente organizado, profissional e com alto conhecimento tecnológico.

“A gente viu, nos últimos meses, empresas pequenas e grandes empresas também sendo atacadas”, lembra. Segundo Cândido, o que preocupa é a dimensão das bases de dados governamentais e o impacto que um vazamento maciço de dados poderia ter na vida dos cidadãos.

Já o advogado especializado em Direito Digital Jonatas Lucena ressalta que os riscos para a população são inmensuráveis. “Se o hacker que invadiu o site governamental baixou todo o banco de dados, ele pode fazer uma infinidade

de coisas. Um criminoso ou uma quadrilha pode cometer uma infinidade de crimes”, observou.

“O atacante pode fazer um ataque direcionado a uma pessoa. Pode utilizar esse dado para enganar empresas, fazer extorções, abrir conta em outros bancos”, acrescentou Cândido, salientando para a gravidade que representa o vazamento de dados de posse do Estado.

Sobre a possibilidade de alguém ser punido e responder criminalmente, Lucena é cético. “Em teoria, deveriam ser punidas as empresas responsáveis pela elaboração do site, pela construção do site e pela hospedagem. Mas quando se trata de deslizes cometidos por um ente público, é difícil”, lamentou. (Com reportagem de **TA e TM**)



“A gente está finalizando as investigações. Tanto o ministério, quanto as empresas contratadas que hospedam esses dados têm uma política de backup”

Rodrigo Cruz, secretário-executivo do Ministério da Saúde

Passaporte: SP pede, e PTB ataca no STF

O governo de São Paulo ingressou, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação solicitando que viajantes estrangeiros só possam entrar no Brasil se apresentarem o passaporte da vacina. O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, são contra a exigência de comprovante de imunização contra a covid-19 para o ingresso no país. No estado ficam os aeroportos de Guarulhos e Viracopos, duas das principais portas de entrada de estrangeiros no Brasil.

Na última quinta-feira, Bolsonaro xingou o governador João Doria após o tucano anunciar, um dia antes, a adoção do passaporte da vacina no estado a partir de 15 de dezembro, caso o governo federal não tomasse a medida antes dessa data. Na verdade, o conjunto de medidas que constam da portaria interministerial, baixada na última quinta-feira pelo Poder Executivo, adota a exigência de um comprovante de vacinação para a entrada no Brasil — o que, a rigor, é o mesmo que o passaporte de vacinação.

A pressão de especialistas pela exigência do comprovante aumentou com o surgimento da variante ômicron do coronavírus, no final de novembro. A nova cepa é altamente contagiosa, mas ainda não se sabe ao certo se poderia ser resistente às vacinas disponíveis.

Segundo o documento, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) vai solicitar a inclusão do pedido de São Paulo em uma ação da Rede Sustentabilidade, sobre o mesmo tema, que já está em andamento no STF. O governo

Doria afirma, também, que o pedido segue orientação dos especialistas do Comitê Científico da Covid-19 no Estado.

Oposto

Já o PTB — legenda aliada de Bolsonaro e comandada por Roberto Jefferson até sua prisão, em agosto — também foi ao STF, mas contrariamente à adoção do passaporte vacinal. A ação do partido questiona leis, decretos e portarias estaduais e municipais que tornaram obrigatória a apresentação de comprovante de imunização contra a covid-19 para entrada e permanência em estabelecimentos públicos e privados. O PTB quer, ainda, impedir a edição de novas normas de mesmo teor.

Na ação, o partido questiona dispositivos da Parafba, do Rio Grande do Sul, do Pará, do Espírito Santo, do Amazonas, da Bahia e da cidade do Rio de Janeiro. Sustenta que as normas violam direitos relativos à liberdade de locomoção e ao trabalho previstos na Constituição. Para a legenda, os textos questionados foram editados sem “evidências científicas que permitam justificar medidas autoritárias e desproporcionais”. O caso foi distribuído para relatoria do ministro Dias Toffoli.

Alinhadas com o discurso de Bolsonaro e seus apoiadores, as alegações e o pedido do PTB vão na contramão da recomendação de cientistas e das medidas adotadas por países em todo o mundo. A exigência de imunização é defendida por especialistas como forma de frear a circulação do vírus.